

A preencher pela DSSOPT

Documentos a entregar:

- Fotocópia do documento de identificação com a devida assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa acompanhada do original (caso o pedido seja formulado pelo procurador, deve entregar o original ou a cópia autenticada da procuração com assinatura reconhecida pelo notário e juntar ainda a cópia do documento de identificação do procurador);
- Original da certidão do registo comercial com todos os registos referentes à sociedade comercial ou empresário comercial, pessoa singular ou a respectiva pública-forma (caso indique no impresso que aceite o acesso da DSSOPT aos respectivos dados, deve apresentar a referida certidão para efeitos de verificação);
- Relação nominal dos técnicos ao serviço da sociedade comercial ou empresário comercial, pessoa singular (I012P) (a qual possui pelo menos um técnico inscrito) e fotocópia do recibo comprovativo do pagamento da taxa da inscrição/renovação da inscrição;
- Documento comprovativo, passado pela Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), de que o requerente não se encontra em dívida por contribuições e impostos liquidados nos últimos cinco anos (dispensa de apresentação da certidão, caso o interessado aceite que os respectivos dados sejam verificados pela DSSOPT);
- Documento comprovativo, emitido pelo Fundo de Segurança Social, de que se encontra regularizada a situação contributiva do requerente para com a segurança social;
- Curriculum* da actividade da sociedade comercial ou empresário comercial, pessoa singular (em formato A4);
- *Fotocópia da apólice de seguro, conforme prevista no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 1/2015, (Regulamento de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo), com exibição do documento original;
- Termo de responsabilidade sobre a observância e cumprimento das disposições legais, regulamentares e técnicas relativas à construção civil (I011P);
- Fotocópia do conhecimento de cobrança de contribuição industrial emitida pela Direcção dos Serviços de Finanças, com exibição do documento original.
- Declaração da recolha de dados pessoais no “ Acesso Comum aos Serviços Públicos da RAEM ” e a fotocópia do bilhete de identidade de residente da RAEM válido do titular da conta.

Observações:

* De acordo com o artigo 65.º da Lei n.º 1/2015, a aplicação da respectiva disposição está condicionada à entrada em vigor do regulamento administrativo complementar sobre o seguro da responsabilidade civil.

Informação	Parecer	Despacho

Declaração de Recolha de Dados Pessoais

De acordo com a Lei n.º 8/2005 - “Lei da Protecção de Dados Pessoais”:

1. Os dados pessoais recolhidos são tratados de acordo com a finalidade do requerimento.
2. Em cumprimento de obrigação legal, os dados pessoais podem ser comunicados a outras entidades competentes.
3. Os titulares dos dados têm direito de acesso, rectificação e actualização aos seus dados pessoais conservados pela DSSOPT.

